

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PARECER nº 052/2025/CCJR-CMVC, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

OBJETO: Parecer ao Projeto de Lei nº 045/2025.

LIDO NA SESSÃO

Nº 537, DO DIA

04 / 12 / 2025

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 045/2025.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA
A ENTIDADE SEM FINS
LUCRATIVOS O INSTITUTO
BENEFICENTE CASA BELÉM E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PARECER DO RELATOR:

Primeiramente é pertinente esclarecermos que é dessa Comissão a competência de análise do Projeto de Lei que fora apresentado, eis que originariamente lhe fora atribuída essa função, conforme preconiza o artigo 50, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Após análise do citado Projeto de Lei, constatou-se que o mesmo está em consonância com as regras que regem a legalidade e dentro dos conceitos constitucionais, regimentais e financeiros pertinentes a matéria em debate.

O referido projeto tem por finalidade declarar de utilidade pública a entidade beneficente Instituto Casa Belém. Entidade sem fins econômicos que se presta a realização de serviços em defesa dos direitos sociais, humanos e promoção da cidadania.

Registre-se por oportuno que o CNAE Primário/Principal (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), do Instituto Casa Belém, é a classificação nº **94.30-8-00**. Essa classificação, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é a classificação das instituições que realizam atividades de natureza social, filantrópicas, sem fins econômicos, podendo ser consultado através do link: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online/cnae.html?view=subclasse&tipo=cnae&versao=7&subclasse=9430800>.

Imperioso mencionar que, apesar da instituição em debate, se encontrar sediada em outra municipalidade, no caso, o município de Sobral/CE, a Lei Orgânica do Município de Viçosa do Ceará/CE, abre espaço para a concessão de Utilidade Pública a **QUAISQUER** Instituições Filantrópicas e/ou Associações, na forma que dispõe o Artigo 34, Inciso XXIII, do texto maior do município, *In verbis*:

Art. 34- compete previamente a Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições,

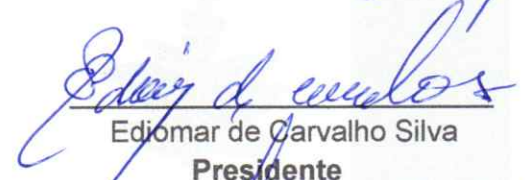
XXIII – o reconhecimento da Utilidade Pública de **QUAISQUER entidades filantrópicas e /ou associações; dentre outras;**

Nesse contexto, considerando que o texto do Projeto de Lei em comento observou os procedimentos regimentais, legais e compatíveis com os regramentos orçamentários pertinentes a espécie, emito parecer **FAVORÁVEL** a essa **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, pela **APROVAÇÃO** do **PROJETO DE LEI Nº 045/2025, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS O INSTITUTO BENEFICENTE CASA BELÉM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**"


CONCLUSÃO DA COMISSÃO:

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expedidas pelo relator, amparado pelo artigo 50, do Regimento Interno, diante dos aspectos que cumpre a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação analisar, não existem óbices à aprovação do **PROJETO DE LEI Nº 045/2025. QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS O INSTITUTO BENEFICENTE CASA BELÉM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**" Emito parecer pela **APROVAÇÃO, sem emendas.**



Ediomar de Carvalho Silva
(Relator)


Ediomar de Carvalho Silva
Presidente

(☒ A favor () Contra


José Océlio Brito Silva
Secretário

(☒ A favor () Contra


João Clóvis Mapurunga da Frota
Membro

(☒ A favor () Contra

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2025.